

Rendas clandestinas estão na mira do Fisco

As autoridades portuguesas vão intensificar o esforço no combate à evasão fiscal no mercado do arrendamento urbano. De acordo com o relatório da Comissão Europeia à 10ª avaliação do programa de ajustamento, conhecido ontem, 20 de Fevereiro, o Governo comprometeu-se a realizar um estudo que faça o levantamento e identifique as situações de mercado paralelo no arrendamento. O objectivo é, depois, avançar com um conjunto de medidas fiscais que permitam “aumentar a transpa-

Governo
comprometeu-
-se a realizar um
levantamento
das situações
de fraude, para
depois tomar
medidas.

rência e a eficiência” no mercado português do arrendamento, lê-se no documento.

Em causa estão arrendamentos feitos à margem da lei, cujos contratos ou não existem de todo, ou não são comunicados às Finanças para efeitos de tributação das rendas. Os trabalhos deverão ficar concluídos até à 12ª avaliação, a última a ser feita ao programa de ajustamento.

Além desta preocupação, a troika dá um puxão de orelhas ao Governo devido ao trabalho de acompanhamento que está a ser feito à reforma do arrendamento urbanos. Os relatórios que existem, da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano, “fica aquém” do esperado no que respeita a “dados precisos e relevantes” sobre os diferentes aspectos do mercado, “incluindo a evolução das rendas e duração de novos contratos”, lê-se no relatório da Comissão, que exige um reforço da monitorização e “dados mais precisos e relevantes”. E o relatório sugere que se utilizem e cruzem informações como declarações de rendimentos, bases de dados do património ou contratos realizados nas empresas de luz, água e outros serviços semelhantes. ■